



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº 012/2023.

*Decorrente de contratação direta por inexigibilidade conforme art. 25, II da Lei 8.666/93, por um período de 04 meses, firmado com **SGP SOLUÇÕES EM GESTÃO PÚBLICA LTDA** vigente de 04 de dezembro de 2023 a 04 de abril de 2024, cujo objeto é a Prestação de serviços técnico-profissional especializado, na área do Direito Público, especialmente na elaboração de propostas de minutas de regulamentação da nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) no âmbito da Administração contratante, a fim de treinar e capacitar os servidores da Câmara Municipal de Jaguariúna para aplicação da lei supramencionada e de acordo com as especificações técnicas.*

Pelo presente instrumento de **TERMO DE CONTRATO**, de um lado, **CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA**, com sede na Rua Cel. Amâncio Bueno, 446, Centro desta Cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo – CEP. 13.910-009, e inscrição do CNPJ sob nº 51.313.955/0001-30, através de seu Representante Legal Excelentíssimo Senhor **Presidente Vereador Romilson Nascimento Silva**, brasileiro, união estável, auditor de qualidade, portador do RG Nº 42.181.834-7 e CPF Nº 224.361.418-94, residente e domiciliado na Travessa Santos Dumont, nº 47– bairro Berlim – Jaguariúna – Estado de São Paulo – CEP: 13.919-122, **doravante denominado, CONTRATANTE**, e de outro, a empresa **SGP SOLUÇÕES EM GESTÃO PÚBLICA LTDA**, CNPJ sob nº. 29.759.932/0001-02, com sede na Rua Sete de Abril, Nº 252 – 12º Andar – Conj. 120 e 121, Centro – São Paulo/SP. CEP: 01044-000, neste ato representado por Valdir moda, portador da cédula de identidade RG nº11.258.683-1 e CPF/MF sob o nº 061.041.418-62, **doravante denominado CONTRATADO**, resolvem estabelecer a presente avença contratual.

CONSIDERANDO:

A necessidade da contratação ora apresentada, onde visa, dentre outros fins constantes no Termo de Referência e demais anexos, a solução para elaborar a regulamentação da Nova Lei de Licitações e Contratos no âmbito da Câmara Municipal de Jaguariúna/SP.

Considerando ainda que os serviços ora solicitados, por sua natureza, técnica e singular, resta clara a necessidade de notória especialização, bem como, conhecimentos individuais, estando ligada à sua capacitação profissional. Dessa forma torna-se inviável a escolha de melhor profissional para prestação de serviço de natureza intelectual, por meio de licitação, pois tal mensuração não se funda em critérios objetivos (como o menor preço). No caso concreto a equipe técnica deverá ser composta por profissionais com larga experiência na área de licitações (atestado de capacidade técnica), o que induz amplos conhecimentos individuais e coletivos da empresa na área objeto da contratação.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Os serviços ora requisitados sujeitam-se à hipótese prevista no **inc. III do art. 13 da Lei nº 8.666/1993**, qual seja, **assessorias ou consultorias técnicas**.

Assim sendo, resta verdadeiramente configurada a situação legal de **inexigibilidade** de licitação, estabelecida e autorizada legalmente pelo **art. 25, inc. II, da Lei nº 8.666/1993**.

RESOLVEM as partes, celebrar o presente **TERMO DE CONTRATO Nº 012/2023**, mediante cláusulas e condições abaixo;

CLÁUSULA PRIMEIRA – Objeto Do Contrato

1.1 Prestação de serviços técnico-profissional especializado, na área do Direito Público, especialmente na elaboração de propostas de minutas de regulamentação da nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) no âmbito da Administração contratante, a fim de treinar e capacitar os servidores da Câmara Municipal de Jaguariúna para aplicação da lei supramencionada e de acordo com as especificações técnicas.

CLÁUSULA SEGUNDA – Documentos integrantes

2.1 Para todos os efeitos legais e melhor caracterização da presente aquisição, bem assim para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

2.1.1. **Proposta da CONTRATADA;**

2.1.2. **Termo de Referência;**

2.1.3. Documentação referente às condições de habilitação Jurídica e Regularidade Fiscal;

2.1.4. Qualificação Técnica;

2.2. Os documentos referidos no presente item são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua extensão e, desta forma, reger a prestação do objeto adquirido.

2.3. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - Vigência

3.1. A contratação vigorará por um período de 04 (quatro) meses com início em 04 de dezembro de 2023, podendo ser prorrogada até o limite legal estabelecido pela Lei Federal Nº 8.666/93, art. 57, II e alterações posteriores.

3.2. As prorrogações de prazo de vigência serão formalizadas mediante celebração dos respectivos termos de aditamento ao contrato, respeitadas as condições prescritas na Lei federal nº 8.666/1993.

3.3. A não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência da Administração não gerará à contratada direito a qualquer espécie de indenização.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

- 3.4. Não obstante o prazo estipulado no subitem 3.1 acima, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

CLÁUSULA QUARTA – Embasamento Legal

- 4.1. O presente termo tem seu fundamento na Inexigibilidade de licitação, com base no inciso II do art. 25 da Lei N° 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – Recursos Orçamentários

- 5.1 As despesas decorrentes deste instrumento, no corrente exercício, correrão por conta da dotação orçamentária classificada 33.90.39.05 – Serviços técnicos profissionais.

CLÁUSULA SEXTA – Valor Do Contrato

- 6.1. Dá-se ao presente Contrato o valor global de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) por um período de 04 meses.

CLÁUSULA SÉTIMA – Preço, Condições e Forma de Pagamento.

- 7.1. A contratada emitirá à Comissão de Fiscalização, **ao final de cada etapa de execução dos serviços**, referida Nota Fiscal, e a mesma será recepcionada em até 02 (dois) dias úteis onde será atestada sua anuência.
- 7.2. O pagamento será processado mediante apresentação, pela **CONTRATADA**, da Nota Fiscal relativa à prestação dos serviços e certidões cabíveis solicitadas, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do **ACEITE** pelo **CONTRATANTE**, desde que não haja pendência a ser regularizada.
- 7.2.1. Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação àquela na qual foi realizada a respectiva regularização;
- 7.2.2. O valor para esta contratação **será fixo e irrevogável**, durante a vigência do contrato.
- 7.3. A Câmara Municipal de Jaguariúna efetuará o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, após a execução do objeto bem como o aceite da Nota Fiscal e anuência da comissão de fiscalização.
- 7.3.1. Os pagamentos serão efetuados através de boleto bancário ou crédito em conta de movimentação oficial desta Casa de Leis – Banco do Brasil.
- 7.3.2. Havendo rejeição da NF, no todo ou em parte, a contratada deverá refazê-la no prazo de 02 (dois) dias úteis, observando as condições estabelecidas para a prestação nos prazos estabelecidos neste instrumento, contados a partir da notificação expedida pelo CONTRATANTE;
- 7.3.3. Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica a CONTRATADA obrigado a refazer/reparar o serviço, às suas expensas.
- 7.3.4. Na impossibilidade de serem refeitos os serviços rejeitados, ou na hipótese de não serem os mesmos executados, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

7.3.5. O recebimento dos serviços contratados ficará sob a responsabilidade da Comissão de Fiscalização em conjunto com a área técnica requisitante.

7.4. A contagem do prazo para pagamento terá início e encerramento em dias de expediente, junto ao órgão **CONTRATANTE** e serão considerados dias corridos;

7.5. A Contratante poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela Contratada, em decorrência de inadimplemento contratual;

7.6. Estão incluídos no valor os encargos sociais, custos operacionais, impostos, taxas, seguros, transportes, embalagens, licenças, despesas de frete e todas as demais despesas necessárias para o bom cumprimento na prestação dos respectivos serviços.

CLÁUSULA OITAVA – Reajuste e Revisão de Preço

8.1 O valor da presente contratação **será fixo e irrevogável**, durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA NONA – Condições de Cumprimento do Contrato

9.1. Para as condições de cumprimento deste Termo Contratual, serão observadas as condições previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA - Do local e das condições de execução do Contrato

10.1 A execução do objeto deverá ser iniciada após a emissão da Autorização de Fornecimento (AF) ou Nota de Empenho, conforme vigência de forma contínua e ininterrupta pelo tempo de duração do Contrato.

10.2. A Autorização de Fornecimento deverá ser emitida em até 05 dias úteis da assinatura do Termo de Contrato.

10.3. O **CONTRATANTE** poderá suspender ou mandar paralisar o serviço em andamento que não esteja sendo executado dentro das exigências e orientações emitidas por esta Casa de Leis;

10.4. Durante esse período, toda e qualquer pendência deverá ser resolvida.

10.5. Caso o **CONTRATADO** não sane as pendências ou não consiga cumprir com as exigências após este período, serão iniciados os procedimentos de penalidades previstos no Contrato.

10.6. Todos os custos com deslocamento, alimentação e hospedagem dos profissionais disponibilizados pela **CONTRATADA** serão de sua inteira responsabilidade.

10.7. O **CONTRATADO** deverá manter a confidencialidade de todos os dados e informações concedidas.

10.8. Será emitido relatório de execução dos serviços para cada visita técnica, pelo Fiscal deste objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Do recebimento do objeto.

11.1. O recebimento do objeto contratado será em conformidade com o Termo de Referência;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da subcontratação, da cessão e da transferência:

12.1. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência do objeto deste Contrato.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Responsabilidades E Obrigações Da Contratante E Contratada:

13.1. CONTRATANTE:

- 13.1.1. Prestar à Contratada todos os esclarecimentos necessários para a execução do serviço;
- 13.1.2. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;
- 13.1.3. Indicar, acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato por uma Comissão de Fiscalização formalmente designada;
- 13.1.4. Notificar por escrito a ocorrência de irregularidades durante a execução dos serviços;
- 13.1.5. Apurar e aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- 13.1.6. Convocar a Contratada para reuniões, sempre que necessário;
- 13.1.7. Expedir a autorização de Fornecimento de serviços com no mínimo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de início da execução dos mesmos;
- 13.1.8. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações e repactuações do mesmo;
- 13.1.9. Prestar ao supervisor/preposto da CONTRATADA as informações e esclarecimentos de que disponha e que eventualmente venham a ser solicitados;
- 13.1.10. Efetuar a análise e aprovação das minutas e/ou modelos apresentadas, através da Comissão de Fiscalização.

13.2. CONTRATADA:

- 13.2.1. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, em conformidade com as especificações técnicas, nos termos da legislação vigente, ou quaisquer outras que vierem a substituí-la, alterá-la ou complementá-la;
- 13.2.2. Não possuir administrador ou sócio com poder de direção, com vínculo de parentesco com agente político ou funcionário público da Câmara Municipal de Jaguariúna;
- 13.2.3. Responsabilizar-se, civil e criminalmente, pelos danos e prejuízos causados de forma direta ou indireta decorrentes de culpa ou dolo decorrentes de sua execução ao Contratante ou a terceiros, não excluindo ou reduzindo sua responsabilidade independente do acompanhamento e fiscalização do Contratante;
- 13.2.4. É responsável também pela qualidade na execução do objeto, cabendo-lhe verificar o atendimento dos padrões e condições exigidos;
- 13.2.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

- 13.2.6. Obriga-se a cumprir durante a execução contratual, todas as leis e posturas pertinentes e vigentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes das infrações a que der causa.
- 13.2.7. Responsabilizar-se-á pelos recolhimentos de tributos que venham a incidir sobre o objeto deste contrato, arcando inclusive com os tributos federais, estaduais e municipais, que porventura incidam ou incidirão sobre o respectivo contrato bem como os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários;
- 13.2.8. Apresentar, quando solicitado, os comprovantes de pagamentos de benefícios e encargos.
- 13.2.9. Comunicar imediatamente a Comissão de Fiscalização toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução dos serviços contratados;
- 13.2.10. Propiciar a Comissão de Fiscalização todos os meios necessários à fiscalização dos serviços;
- 13.2.11. Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pela Comissão de Fiscalização, por meio do preposto indicado, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados à execução do contrato, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas) horas após a convocação;
- 13.2.12. Designar por escrito, no prazo de até 03 (três) dias úteis, do recebimento da Autorização de Fornecimento, **preposto(s)** que tenha(m) poderes para resolução de possíveis ocorrências durante toda a execução desse contrato;
- 13.2.13. Fornecer à Comissão de Fiscalização os números de telefones celulares do preposto, bem como do supervisor, vinculados à condução dos serviços, com perfeito conhecimento do objeto do contrato, para o pronto atendimento em situações de emergência;
- 13.2.14. Fornecer material de apoio necessário para a capacitação e formação de pessoal;
- 13.2.15. Comunicar ao Contratante, por escrito, qualquer anormalidade referente à execução dos serviços, bem como atender prontamente as suas observações e exigências e prestar os esclarecimentos solicitados;
- 13.2.16. Atender rigorosamente as condições estabelecidas nas Especificações técnicas contidas no descritivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Penalidades:

- 14.1. – A desistência da proposta, dentro do prazo de sua validade; a não regularização da documentação de regularidade fiscal no prazo previsto; a recusa em assinar Contrato ou termo equivalente, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, ensejarão cobrança pelo Município, por via administrativa ou judicial, de multa de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total da proposta.
- 14.2. – Por descumprimento de cláusulas contratuais ou pela inexecução total ou parcial do Contrato, o Contrato poderá, após a apreciação de defesa prévia, sofrer as seguintes penalidades, de acordo com a gravidade da falta Art. 86 e 87 da Lei 8.666/93:



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

14.3.1. – **advertência**, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade para as quais tenha a CONTRATADA, concorrido diretamente.

14.3.2. – **multa, nas seguintes situações:**

14.3.2.1 – de 0,5 % (meio por cento) incidentes sobre o valor total do CONTRATO, por dia de atraso em iniciar as obras, serviços, ou realizar o fornecimento, ou for observado atraso no desenvolvimento das obras ou serviços em relação ao cronograma, até o 15º (décimo quinto) dia corrido do atraso, após o que, a critério desta Câmara, poderá ser promovido o cancelamento do CONTRATO;

14.3.2.2. Superados os 15 (quinze) dias corridos, a partir do 16º dia, a multa será de 1% (um por cento) ao dia, limitado a 30 (trinta) dias corridos e aplicada em acréscimo à alínea “a” acima;

14.3.2.3. Após 30 (trinta) dias corridos, fica caracterizada a inexecução parcial ou total, conforme o caso, aplicando-se o disposto na alínea abaixo, cumulativamente a este.

14.3.2.4 – Em caso de cancelamento do CONTRATO por esta Câmara, decorrente do que prevê a alínea acima, ou de qualquer descumprimento de outra cláusula contratual, será aplicada, garantida a defesa prévia, multa de até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, de acordo com a gravidade da infração.

14.3. – As multas serão, após o regular processo administrativo, cobradas administrativa ou judicialmente, ou descontadas dos créditos da Contratada.

14.4. – As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, não eximindo a Contratada de reparar os prejuízos que seu ato venha a acarretar a Contratante.

14.5. - O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificado e comprovado. O caso fortuito, ou de força maior, verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não eram possíveis evitar, ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Rescisão:

15.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enumeradas, ensejará, também, em sua rescisão, desde que ocorram quaisquer motivos elencados no art. 78, da Lei nº 8.666/93.

15.2. A rescisão do Contrato poderá ser efetivada sob qualquer das formas delineadas no art. 79, da Lei nº 8.666/93.

15.3. Se a rescisão da avença se der por qualquer das causas previstas nos incisos I a XI, do art. 78, da Lei nº 8.666/93, a **CONTRATADA** sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa prevista cláusula Décima Quarta - Penalidades.

15.4. No caso de rescisão administrativa unilateral, a **CONTRATADA** reconhecerá os direitos do **CONTRATANTE** em aplicar as sanções previstas no Edital, neste ajuste e na legislação que rege a licitação.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

- 15.5. A aplicação de quaisquer sanções referidas neste dispositivo, não afasta a responsabilização civil da **CONTRATADA** pela inexecução total ou parcial do objeto ou pela inadimplência.
- 15.6. A aplicação das penalidades não impede o **CONTRATANTE** de exigir o ressarcimento dos prejuízos efetivados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Tolerância:

- 16.1 Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância no todo ou em parte, de qualquer dos itens e condições deste Contrato e/ou de seus Anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer forma afetar ou prejudicar esses mesmos itens e condições, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Do termo de ciência e notificação

- 17.1. Na qualidade de CONTRATANTE e CONTRATADA serão assinados Termo de Ciência e Notificação, relativo se for o caso, à tramitação deste Processo perante o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Publicização

- 18.1 Este Poder Legislativo promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município e na íntegra no site www.jaguariuna.sp.leg.br, conforme disposição Legal da Lei 8.666/93, art. 61 em seu parágrafo único.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA– Fiscalização

- 19.1 Este Poder Legislativo encaminhará o presente TERMO DE CONTRATO a seu CONTROLE INTERNO bem como arquivo XML ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, através do AUDESP FASE IV, para apreciação.
- 19.2 O Contratante, por meio de funcionário designado através de portaria, efetuará a fiscalização dos serviços a qualquer instante, solicitando à Contratada, sempre que julgar conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos desejados e comunicar ao Contratante quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços, nos termos estabelecidos no Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA.
- 19.3 No desempenho de suas atividades é assegurado ao fiscal o direito de verificar e exigir a perfeita execução do presente ajuste em todos os seus termos e condições.
- 19.4 A ação ou omissão, total ou parcial, do órgão fiscalizador não eximirá a Contratada da total responsabilidade de executar os serviços, com toda cautela e boa técnica.
- 19.5 Fica nomeado a Comissão de Fiscalização do presente termo, através de Portaria nº 076/2023, o Senhor FABIANO AMARAL BARROS.
- 19.6 Fica nomeada como Gestor do presente termo através de portaria nº 017/2021, DEISE RAMOS FERNANDES.
- 19.7 Demais cláusulas dispostas no item DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS constantes do Termo de Referência, que não conflitem com este dispositivo.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

CLÁUSULA VIGÉSIMA – Garantia

20.1 Não será exigida a garantia contratual para esta contratação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - Disposições Gerais

21.1. A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar à CONTRATANTE ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na prestação de serviço em cumprimento do objeto deste contrato, isentando a CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.

21.2. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

21.3. Aplicam-se aos casos omissos o disposto na Lei Federal nº 8.666/93.

21.4. Sendo necessário à Administração, poderá invocar o § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, no qual reza que “O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato”.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – Foro

22.1 Fica eleito o foro da Comarca de Jaguariúna para dirimir quaisquer questões oriundas do presente **TERMO DE CONTRATO**, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

E por estarem justos e acordados, as partes assinam o presente **TERMO DE DO CONTRATO N° 012/2023** em 04 vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Jaguariúna, 29 de novembro de 2023.

Vereador Romilson Nascimento Silva

Presidente

Valdir Moda

Representante legal

TESTEMUNHAS:

1 _____

Deise Ramos Fernandes

CPF nº 070.304.458-30

2 _____

Fabiano Amaral Barros

CPF: 836.953.629-87